

Guia de acessibilidade

Nº CENTRO DE CIÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

O guia oferece orientações pedagógicas sobre como trabalhar com estudantes com deficiência

O documento contém orientações pedagógicas gerais e específicas para promover a inclusão de pessoas com deficiência (PCD). Observe-se que estas orientações não são fórmulas que encerram em si todas as possibilidades de adaptação a este público.

Pessoa com Deficiência (PCD) é o termo atualmente utilizado para se referir ao público-alvo da educação especial¹.



Fonte: acessibilidade.ufc.br

O guia foi elaborado com base na cartilha da Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui, com orientações para turmas com estudantes PCD

É fundamental reconhecer a diversidade das condições de deficiência e evitar a padronização das soluções. O papel essencial do educador é superar barreiras atitudinais para se aproximar do aluno, identificar as melhores estratégias de acessibilidade para o conteúdo e validar com o aluno se essas estratégias são eficazes ou precisam ser ajustadas.

Foi definido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”¹.



Fonte: Canva.com

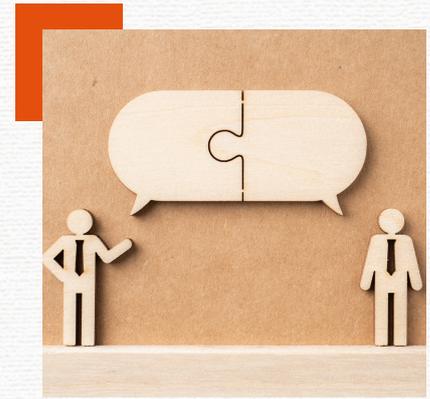
¹www.jusbrasil.com.br



Orientações

PEDAGÓGICAS

Gerais



As orientações a seguir podem trazer benefícios a toda comunidade acadêmica.

01 Disponibilizar com antecedência o material de cada aula.

O acesso antecipado ao material permite ao estudante orientar-se melhor durante a aula.

02 Dê às suas palavras uma apresentação visual clara e acessível. Na confecção de slides, por exemplo, evite o uso de fontes com serifa.

ABCDEFGH é mais legível do que ABCDEFG.

03 Durante as aulas, recomenda-se o uso de linguagem clara e objetiva. Evite piadas sutis, barulhos súbitos e sons altos desnecessários ou sem aviso prévio.



Em alguns casos de transtorno do espectro autista (TEA), por exemplo, certos eventos sonoros podem não ser corretamente compreendidos e confundir o estudante.

04 Recomendações de estilo e gramática:



Fonte: Carva.com

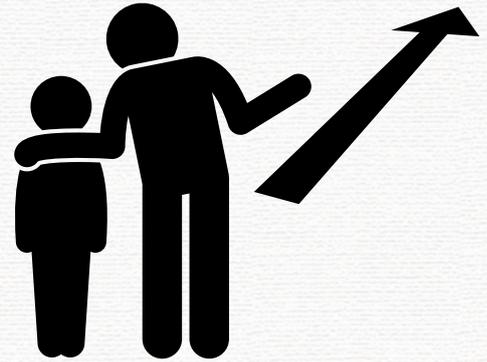
- Escreva frases com extensão média de 15-20 palavras;
- Use palavras que seu público provavelmente entenderá;
- Use apenas o número necessário de palavras;
- Dê preferência à voz ativa, a não ser que haja bom motivo para não fazê-lo;
- Divida seu texto em tópicos;
- Apresente seu assunto de modo claro e categórico;
- Reduza ao mínimo as referências cruzadas (quando se criam vínculos com outras partes do documento);
- Seja preciso na pontuação.



Orientações

PEDAGÓGICAS

Gerais



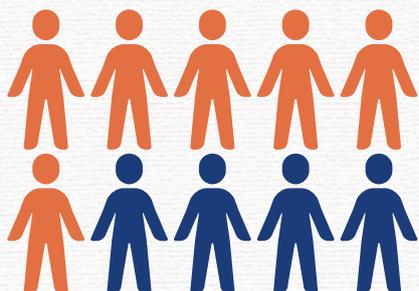
05 Organize seu material de modo a ajudar o leitor a captar rapidamente as informações importantes e a se orientar com facilidade pelo texto.

06 Disponibilizar gravações de aulas quando possível.

Permite a opção de revisar o conteúdo. Além disso, esta ação permite que a equipe da Secretaria de Acessibilidade possa, com a devida antecedência, inserir janela de Libras e/ou legendas, quando necessário.

07 Caso sejam utilizadas imagens (fotos, gráficos, planilhas, tabelas, etc), o docente deve fazer uso da técnica de Audiodescrição (AD) destes elementos.

A técnica de audiodescrição torna acessível à pessoa com alguma condição de deficiência visual informações contidas em imagens e vídeos. É simples.



08 Recomendações sobre audiodescrição:

Comece informando o tipo de imagem: fotografia, cartum, ilustração, tabela, etc;

Descreva a imagem da esquerda para a direita e de cima para baixo;

Informe as cores: fotografia em tons de cinza, sépia, preto e branco (se a foto for colorida, não precisa informar, porque você vai dizer as cores dos elementos);

Em caso de uma cena, audiodescreva os elementos no primeiro plano da imagem para em seguida partir para os elementos do plano de fundo;

Seja conciso, claro e use períodos curtos;

Evite adjetivos e advérbios que não sejam essenciais;

Em caso de um texto longo intercalado com imagens, procure delimitar o início e o final da audiodescrição com a informação “Legenda”, ao iniciar, e “Fim da legenda”, ao concluir;

Em caso de tabelas e gráficos, inicie pelas informações principais, seguidas das informações secundárias e assim sucessivamente.



Orientações PEDAGÓGICAS *específicas*

As orientações a seguir são específicas sobre determinadas deficiências. Muitas destas sugestões são aplicáveis de forma geral, outras não. Elas são úteis para toda comunidade acadêmica.

Acima de tudo, procure conhecer seu estudante e suas particularidades. Se for possível, disponibilize serviço de monitoria para atendimento aos seus alunos fora do horário de aula.

 Através do SIGAA, os docentes podem ter acesso à lista de alunos com deficiência (PCD) matriculados em sua turma.



Fonte: Canva.com



DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- Prefira falar em uma posição na qual o estudante possa realizar leitura labial. Articule apropriadamente as palavras e evite conteúdo que possa gerar ambiguidade ou que seja dependente de entonação.
- Assegure-se que os intérpretes de Libras gozam de boas condições de visibilidade e acústica.
- Ter em mente que conceitos novos podem não ter sinais pré-estabelecidos e, assim, exigir que sejam soletrados ou criados no momento pelo intérprete.
- Evite referência a dados de cultura geral que correspondam a aspectos auditivos.

A Secretaria de Acessibilidade dispõe de intérpretes de Libras, mediante solicitação prévia. Na página da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir constam os prazos e regras para atendimento².

² acessibilidade.ufc.br/pt/sobre/estrutura-organizacional/divisao-de-traducao-e-interpretacao-librasportugues/solicitacao-de-intérpretes-de-libras/

DEFICIÊNCIA FÍSICA COM MOBILIDADE REDUZIDA

- Alocar aulas preferencialmente em salas no andar térreo, ou em prédios com plataformas elevatórias funcionais.
- Assegurar que o estudante ocupa uma posição com boas condições de visibilidade e acústica, caso não exista marcação específica no chão.
- Verificar se as marcações e assentos preferenciais estão sendo respeitados.



Fonte: Canva.com



Orientações específicas

DEFICIÊNCIA VISUAL

Se o estudante tiver baixa visão, certifique-se de utilizar um tamanho de letra apropriado, seja em slides ou no quadro. Evite fontes serifadas e mantenha certa organização no quadro.

Ao utilizar recursos ou referências visuais, certifique-se de fazer a audiodescrição destes.

Ao utilizar demonstrações matemáticas, nomeie todos os objetos relevantes e proceda com o rigor de uma demonstração escrita.

Prefira materiais em formatos acessíveis por softwares leitores de tela, como o NonVisual Desktop Access (NVDA).

A Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA) é a primeira rede colaborativa de acervos acadêmicos adaptados no Brasil. Seu objetivo é compartilhar informações técnicas sobre a editoração de acervos, e promover a cooperação entre catálogos e acervos digitais adaptados, visando o suporte informacional acadêmico para pessoas com deficiência visual. Estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior participantes da rede, podem acessar os catálogos disponibilizados (Melo, 2022)³.



Fonte: Canva.com

Criado pelo francês Louis Braille, em 1825. O sistema braille é conhecido universalmente como código ou meio de escrita e leitura tátil das pessoas cegas.

DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

- A repetição costuma ser importante para o estudante. Procure produzir ou disponibilizar materiais na forma de vídeos/áudios, que possam ser assistidos pelo estudante fora da sala de aula.
- Considere permitir a gravação do conteúdo ministrado em sala de aula.
- A organização do estudo pode ser uma dificuldade. Procure disponibilizar a ordem em que o conteúdo será ministrado e, se possível, o próprio material antecipadamente.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Procure evitar:

- Linguagem ambígua, ou piadas sutis, pois a mensagem pode não ser compreendida.
- Sons altos ou desnecessários.
- Tocar no estudante sem aviso verbal prévio.
- Insistir em participação do estudante em atividades que envolvam apresentação oral ou colaboração.

De forma geral, tenha em mente que interações sociais podem ser um desafio para o estudante, o qual pode reagir de forma não convencional em certos contextos sociais.

SUPERDOTAÇÃO

- Utilizar diferentes métodos de avaliação que se adaptem aos diversos estilos de aprendizagem e especificidades do estudante.
- Buscar constantemente estratégias diferenciadas de estímulo à produção do conhecimento.
- Focar no reconhecimento das habilidades e talentos dos estudantes, em vez de suas limitações, incentivando seu desenvolvimento.

³ Melo, F. R. L. V. de., Furtado, M. M. F. D., Malheiros, T. M. de C., & Sousa, C. dos S. (2022). Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA): desafios e perspectivas na colaboração do acesso à informação às pessoas com deficiência visual no Brasil.

⁴ www.gov.br/lbc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/materiais-especializados-1/livros-em-braille-1/o-sistema-braille

⁵ portal.mec.gov.br/docman/novembro-2022-pdf-1/242301-diretriz-altas-habilidades-ou-superdotacao-1/file#



VOCÊ SABE O QUE É ACESSIBILIDADE ATITUDINAL?



Fonte: Canva.com

A acessibilidade atitudinal é um conjunto de práticas e comportamentos que promove a participação plena de pessoas com deficiência na sociedade, em igualdade de condições com todos. Depende da sensibilização e conscientização das pessoas e da convivência em um ambiente inclusivo.

No cotidiano, temos oportunidades de aprender a diminuir barreiras para as pessoas com deficiência. Devido às dificuldades de acesso dessas pessoas a diversos ambientes, a maioria da população tem pouco contato com suas realidades e necessidades.

Perguntar diretamente à pessoa com deficiência sobre como agir em diferentes situações é a forma mais adequada e respeitosa, além de evitar constrangimentos e acidentes. Promover a acessibilidade é uma atitude ao alcance de todos.

Em resumo, a acessibilidade atitudinal é fundamental, e apenas a partir dela o uso de recursos variados de tecnologia assistiva atingirá o efeito desejado. Essas técnicas e tecnologias devem sempre ser validadas pelos próprios usuários.⁶

www.tjdft.jus.br/aceessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/voce-sabe-o-que-e-aceessibilidade-atitudinal#

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

É importante lembrar que isso não é um privilégio, mas um direito baseado no respeito à diversidade humana, na compreensão de nossas singularidades e no cumprimento da legislação.



A *Lei Federal 13.146/2015*, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, afirma, em seu artigo segundo, que pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”⁷.

Ou seja, destaca-se a importância crucial da interação do indivíduo com seu entorno e das barreiras ou condições de acessibilidade oferecidas para garantir sua participação social efetiva.



⁷ www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm



Acessibilidade Digital

A Acessibilidade Digital refere-se à remoção de barreiras na Web para que todos possam perceber, entender, navegar e interagir efetivamente com os sites e portais.

Seus objetivos incluem democratizar o acesso e assegurar que todos os usuários, independentemente de suas capacidades físico-motoras, perceptivas, culturais ou sociais, possam compreender e controlar a navegação nos conteúdos e serviços oferecidos pelo governo⁸.

Com relação a essa temática, a *Lei Federal 13.146/2015*, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, em seu artigo 69 no parágrafo segundo determina:

⁸ www.gov.br/governodigital/pt-br/acesibilidade-e-usuario/acesibilidade-digital

⁹ Os dados são do levantamento de Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais do Brasil, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e que fazem parte do PNS 2019 (Pesquisa Nacional de Saúde).

“Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual.

§2o. Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.”

No contexto brasileiro, as pessoas com deficiência enfrentam diversas barreiras ao acessar sítios eletrônicos, o que prejudica significativamente seu acesso aos conteúdos online. De acordo com o Censo IBGE de 2019, aproximadamente 17,2 milhões de brasileiros, o que equivale a 8,4% da população, possuem pelo menos uma deficiência, destacando a relevância de promover a acessibilidade digital para garantir inclusão efetiva na Web⁹.

RECURSOS SOBRE ACESSIBILIDADE NO CC E NA UFC



Agentes de Acessibilidade do Centro de Ciências:

- Prof^ª. Alexandra Maria de Oliveira
Contato: alexandra.oliveira@ufc.br
- Rafaela Mayara Bezerra Costa
Contato: rafaelacosta@ufc.br

Secretaria de Acessibilidade:

- Site: <https://acessibilidade.ufc.br/>;
 - E-mails:
 - Geral:
ufcinclui@acessibilidade.ufc.br;
 - Divisão de Apoio Pedagógico ao Aluno e Formação para a Inclusão (DAP):
ufcinclui@acessibilidade.ufc.br;
 - Divisão de Produção de Material Acessível (DPMA):
dpma@acessibilidade.ufc.br;
- Telefones: (85) 3366 7660; (85) 3366 7908.

Site do Centro de Ciências:

<https://centrodeciencias.ufc.br/>



CORPO EDITORIAL

Autoria e edição: Suellen Matias Peixoto e Fernanda Beatriz.

Revisão: Prof^ª. Cristina Paiva;
Rafaela Mayara Bezerra Costa;
Prof^ª. Alexandra Maria de Oliveira e
Prof. Tibérius O. Bonates.